COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.632, DE 2002

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU – GDA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao art.16 do Projeto de Lei nº 6.632, de 2002, a seguinte redação:

“Art. 16. A Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União, passa a denominar-se Carreira de Consultor Jurídico da União.

§ 1º. Os cargos efetivos da Carreira de que trata o *caput*, vagos e ocupados, passam a denominar-se Consultor Jurídico da União.

§ 2º. O disposto no §1º se aplica aos atuais cargos de Assistente Jurídico cuja inclusão em quadro suplementar está prevista no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001.

§ 3º. Os atuais cargos em comissão de Consultor Jurídico, existentes nos Ministérios, são transformados em cargos de igual natureza, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS-101.5, de Chefe de Consultoria Jurídica.

§ 4º. Os atuais cargos em comissão de Consultor da União, da Advocacia-Geral da União, são transformados em cargos de igual natureza com a denominação de Subconsultor-Geral da União.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, sem qualquer alteração de mérito, busca apenas e tão-somente substituir a denominação proposta de “Consultor Jurídico Federal” para a carreira de “Assistente Jurídico da União” por “Consultor Jurídico da União”, para manter a tradição de mais de 100 anos de consultoria e assessoramento ao Poder Executivo dessa carreira, sempre vinculada à União, e estender essa nova denominação a todos os seus integrantes, indistintamente.

Para evitar confusões entre cargos de carreira e cargos comissionados no âmbito da Advocacia-Geral da União, os atuais dez cargos de Consultor da União, sem qualquer aumento de despesas, são transformados em cargos de Subconsultor-Geral da União.

A emenda contribui para aperfeiçoar o texto e atende a um antigo pleito dos Assistentes Jurídicos da União.

Sala da Comissão, em 16 de maio de 2002.

Deputado AGNELO QUEIROZ

(PCdoB/DF)